

Câmara fixa preços do aluguer dos equipamentos

Escrito por André Lopes
Quarta, 10 Abril 2013 23:50 -

A Câmara fixou os preços do aluguer dos equipamentos e garantiu que as colectividades não terão de pagar pela utilização. Conforme noticiámos na última edição, a Turriespaços está a cobrar a utilização dos equipamentos municipais que se encontram sob a sua alçada, enviando facturas de vários milhares de euros às colectividades. O Atlético Riachense foi o mais fragilizado, com a exigência de pagamentos pela utilização do pavilhão de Riachos pelas várias secções.

Segundo a câmara municipal, a Turriespaços tem a obrigatoriedade de cobrar a utilização de todos os espaços municipais, para cumprir uma lei destinada a fazer com que as empresas municipais não dêem prejuízo, ou pelo menos o menor prejuízo possível, de forma a que se mantenham.

A solução que a Câmara encontrou, foi levar a efeito um concurso para atribuir apoios ao associativismo (já em Abril, segundo foi anunciado na última reunião) para que as colectividades possam pagar à Turriespaços. Entretanto os clubes terão de efectuar o pagamento do seu bolso à Turriespaços e esperar pelo “retorno” da Câmara, via contratos-programa assinados para atribuir os devidos subsídios.

O assunto foi discutido na reunião de câmara em que foram levados a votação os documentos que fixam os preços da utilização dos equipamentos municipais.

Além de ter pedido esclarecimento sobre o assunto acima, Carlos Tomé, o vereador da CDU, questionou ainda sobre o aluguer obrigatório de palcos, estrados e cadeiras à Turriespaços que costumam ser muito utilizados pelas colectividades para os eventos. “[a obrigatoriedade do aluguer] não faz qualquer sentido, pois estes equipamentos estão sempre a ser solicitados pelas colectividades”, argumentou Tomé.

António Rodrigues respondeu que o documento se destina apenas ao aluguer a particulares, empresas e outras Câmaras, dando a sua palavra que às colectividades do concelho não será cobrada a utilização daqueles bens.

Tomé, pela CDU, e Sarmento, pelo PSD, abstiveram-se na votação dos documentos, aprovados pelo PS.